

Apreensões de drogas e armas e flagrantes nas UPP utilizando a análise de correspondência

Marcello Montillo Provenza

Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisa Social pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Paulo Henrique Couto Simões

Mestrando em Ciências Computacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Jorge Luiz de Jesus Goulart

Mestrando em Ciências Computacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Resumo

O crescimento desordenado da violência e a intervenção federal vigente no estado do Rio de Janeiro são reproduzidos nos noticiários correntes do país. Nesse contexto, as Unidades de Polícia Pacificadora encontram-se ameaçadas devido à grave crise financeira estadual. A partir de informações fornecidas pelo Instituto de Segurança Pública, o objetivo deste trabalho é demonstrar os dados sobre apreensão de drogas e de armas e de ocorrências com flagrantes nas comunidades e associar cada UPP a um determinado título, utilizando uma técnica exploratória estatística multivariada, a análise de correspondência.

Palavras-Chave

Violência, Unidade de Polícia Pacificadora, drogas, armas, flagrantes.

Introdução

Na maior parte do território nacional a violência é um fenômeno crescente, geralmente causado por diversos problemas sociais como *deficit* nas áreas de educação, saúde, saneamento, transporte, lazer, etc. Este contexto traz em seu bojo importantes questões sobre criminalidade, as quais serão aqui tratadas. Assim, o presente trabalho tratará de três temas ligados à criminalidade nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) do estado do Rio de Janeiro: as drogas, as armas de fogo e os flagrantes, sobre os quais falaremos adiante.

Sobre o primeiro tema, são encontradas duas definições para a palavra ‘droga’ no dicionário. A primeira diz que é qualquer substância ou ingrediente encontrados em farmácias, tinturarias, laboratórios químicos, etc. A outra, e mais pertinente a este estudo, diz que é qualquer produto alucinógeno que leve à dependência química ou qualquer substância ou produto tóxico de uso excessivo. São substâncias (naturais ou não) que alteram as funções normais de um organismo, também chamadas de entorpecentes ou narcóticos.

Algumas drogas são produzidas em laboratórios (drogas sintéticas, como ecstasy, LSD, anfetamina, etc.) e outras provêm de plantas (drogas naturais, como maconha, ópio, nicotina, cafeína, etc.). Tem-se ainda as drogas semi-sintéticas, que são produzidas a partir de drogas naturais com alterações químicas feitas artificialmente em laboratório (cocaína, crack, heroína, etc.). A maioria causa dependência química e/ou psicológica.

Segundo dados do relatório Panorama das Apreensões de Drogas no Rio de Janeiro (RAPIZO, 2016), elaborado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), sobre o período compreendido entre 2008 e 2015, a quantidade dos registros de ocorrência de apreensões de drogas triplicou no período, alcançando mais de 28 mil em 2015. O mesmo trabalho revela que as apreensões de maconha e cocaína têm aumentado, enquanto as de crack parecem estar estabilizadas. O texto ainda faz uma comparação com Portugal e Espanha, onde os valores adotados para a classificação do episódio como uso são de, respectivamente, 25 e 100 gramas. Nos registros de 2015 do Rio de Janeiro, 50% das incidências mostravam que a porção apreendida era de, no máximo, dez gramas de maconha.

Com relação ao segundo tema aqui tratado, segundo o Decreto nº 3.665 do ano 2000, a arma de fogo é um instrumento que lança “projéteis empregando a força expansiva dos gases gerados pela combustão de um propelente confinado em uma câmara que, normalmente, está solidária a um cano que tem a função de propiciar continuidade à combustão do propelente, além de direção e estabilidade ao projétil”¹.

Já com relação aos estudos sobre armas de fogo, em artigos como o de Szwarcwald e Castilho (1998), sobre mortalidade no Rio de Janeiro, os autores apresentam o forte aumento das incidências de morte por arma de fogo de adolescentes de 15 a 19 anos, de adultos jovens de 20 a 24 anos e de crianças de 10 a 14 anos. Já a análise geográfica revelou a proliferação dos

¹ - Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/102736/decreto-3665-00#art-3--inc-XIII>>. Acessado em 11/05/2018.

óbitos em toda a extensão do estado de forma bastante acelerada.

Mais atual, o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2016) trata das letalidades por armas de fogo, informando que 967.851 pessoas foram mortas no Brasil desta maneira entre 1980 e 2014. Além disto, a participação dos homicídios por arma de fogo em relação ao total de homicídios chegou a 71,7% em 2014. A pesquisa ainda cita que o Estatuto do Desarmamento e sua campanha (iniciados em 2004) podem ter influência na desaceleração do crescimento dos homicídios por arma de fogo, visto que no período entre 1980 e 2003 o aumento era bastante rápido.

Tratando agora do terceiro tema abordado neste trabalho, o termo flagrante se refere ao que é observado e/ou registrado por testemunhas de forma incontestável no momento em que ocorre o fato. Configura-se, normalmente, por pessoas que não deveriam estar cientes do acontecimento. Dessa maneira, caso um indivíduo seja encontrado com objetos de um roubo um dia depois do ato ilícito, este não poderá ser enquadrado em flagrante no crime de roubo, mas poderá ser preso por receptação, pois está em posse de bem que se sabe ser produto de crime.

Ocorrido o flagrante em crime, o réu tem sua prisão decretada, é levado a cárcere e a situação é comunicada ao juiz. O autuado permanece preso até que possa ser expedido um alvará de soltura pelo juiz, o que pode demorar dias ou meses.

Os três temas principais aqui abordados, pois, são parte importante do entendimento acerca da criminalidade no estado do Rio de Janeiro. Assim, o objetivo geral deste trabalho é corroborar para uma análise quantitativa dos registros das apreensões de drogas e de armas e das ocorrências com flagrantes nas Unidades de Polícia Pacificadora, aqui escolhidas como locus privilegiado da interação entre os temas propostos. Mais especificamente, pretende-se também explorar os tipos de drogas (maconha, cocaína e crack) apreendidas nessas regiões.

Material e métodos

Os dados aqui exibidos são originários dos registros de ocorrência da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e dos laudos periciais feitos pelo Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE). As informações foram consolidadas e fornecidas pelo ISP.

Com o intuito de associar cada UPP às ocorrências de apreensão de drogas e de armas e aos flagrantes, optou-se pela Análise de Correspondência (AC), um método que utiliza a técnica exploratória de simplificação da variabilidade de dados multivariados. Este procedimento gera um mapa perceptual² das informações. Para a realização desta metodologia foi usado o software R, pacote 'ca' (NENADIC & GREENACRE, 2007).

2 - Mapa perceptual é uma representação visual das variáveis estudadas (aqui, apreensão de armas e de drogas e ocorrências de flagrantes). Dessa forma, cada unidade tem uma posição espacial que reflete a associação entre as unidades de estudo e os fatores estabelecidos.

Conceitos e objetivo da AC

A análise de correspondência é um método de análise gráfica, utilizando, em sua essência, técnicas geométricas exploratórias de dados que objetivam uma representação visual das relações de dependência entre as unidades de estudo e as categorias estabelecidas. Esta ferramenta comumente se ocupa de tabelas de múltiplas entradas com a finalidade de converter tal matriz de dados em uma representação particular no plano, chamada de mapa perceptual, onde linhas e colunas são simultaneamente representadas em duas dimensões por pontos no plano cartesiano. A AC é classificada como uma técnica estatística descritiva capaz de simplificar a visualização dos dados e produzir análises exaustivas dos mesmos.

Outra importante característica desta metodologia é a capacidade de revelar relações multivariadas dos dados, permitindo-se ter uma visão dos elementos como um todo, ao invés de apenas uma comparação dois a dois das categorias da tabela de contingência.

Segundo Gonçalves e Santos (2009), uma observação direta do conjunto de variáveis oriunda da tabela de contingência, distribuída graficamente no espaço multidimensional, mostra uma “nuvem de pontos” disforme sem nenhuma interpretabilidade possível. Contudo, é possível uma projeção dessa nuvem em um plano específico, escolhido pela sua capacidade de melhor representar as distâncias originais dos pontos, de acordo com o valor de cada perfil, o que melhor constitui o conjunto de dados como um todo.

Assim, no mapa perceptual gerado pela AC os pontos consequentes com características semelhantes de perfis localizam-se mais próximos no plano já definido, e os pontos com características de perfis distintos tenderão a se alocar separadamente. Este fato é o que faz com que a AC revele modelos de associação entre as inúmeras unidades de estudo.

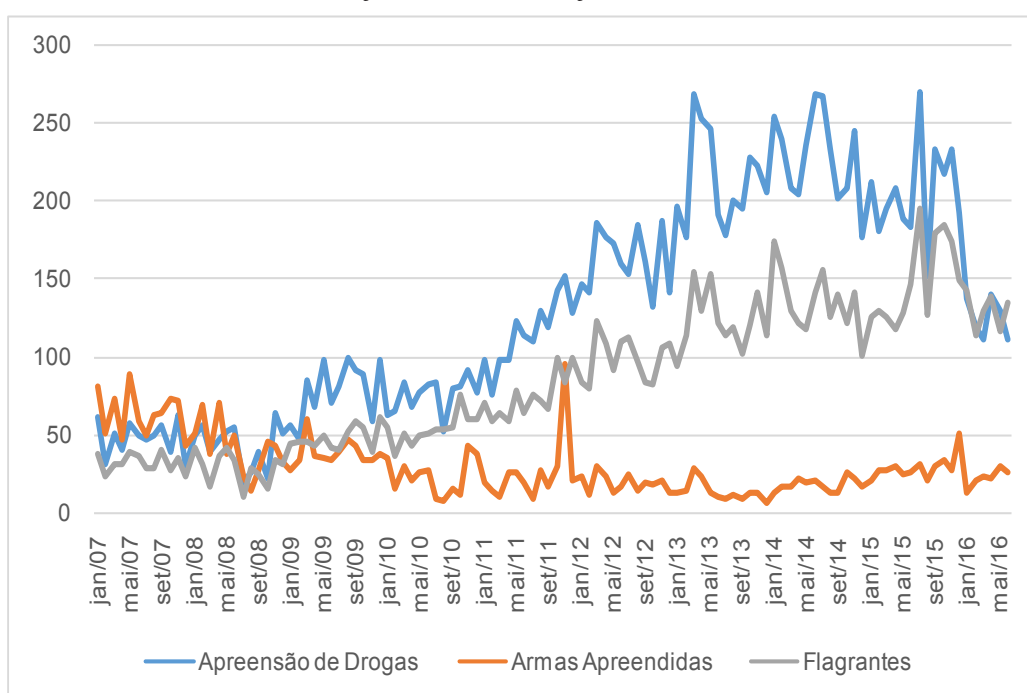
Resultados

Num primeiro momento, serão mostrados os resultados deste trabalho para os casos de apreensão de drogas e de armas e de flagrantes no período compreendido entre janeiro de 2007 e dezembro de 2016. Para a análise dos tipos de drogas (maconha, cocaína e crack), o período de tempo analisado vai de janeiro de 2010 a dezembro de 2015. Todas as incidências provêm das 38 UPP instaladas no Rio de Janeiro.

Apreensão de drogas e de armas e ocorrências com flagrantes

O Gráfico 1 revela a série histórica das ocorrências de apreensão de drogas e armas e das ocorrências com flagrantes no decorrer do período compreendido entre janeiro de 2007 e junho de 2016 nas 38 UPP do estado. Nota-se, pelo gráfico, que a quantidade de apreensão de drogas e ocorrências com flagrantes crescem ao longo do tempo, enquanto a apreensão de armas se reduz durante o mesmo período.

Gráfico 1
Série histórica mensal das apreensões de drogas e de armas e de ocorrências com flagrantes nas UPP entre janeiro de 2007 e junho de 2016

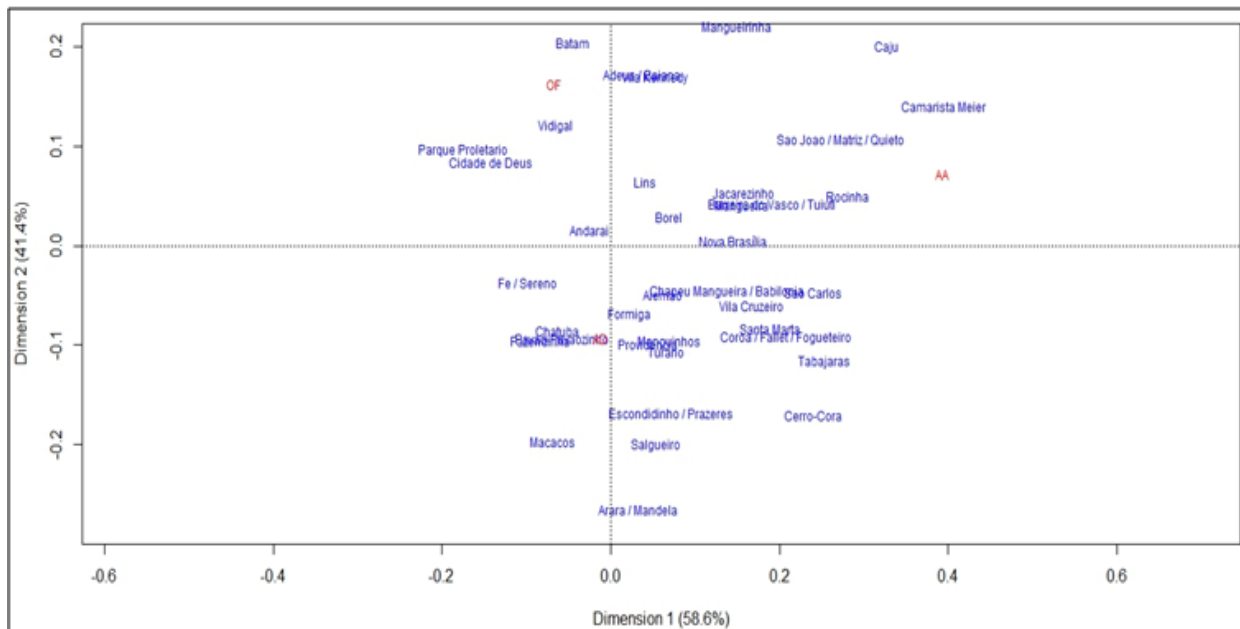


Fonte: ISP, 2018.

O coeficiente β calculado³ foi no valor de 102,7 e, como $\beta > 3$, as variáveis em estudo são consideradas dependentes ao nível de significância de 5%, sendo possível, então, a aplicação da análise de correspondência, representada pela Figura 2. No mapa perceptual abaixo, temos que as abreviações para apreensão de drogas, apreensão de armas e ocorrências com flagrantes são, respectivamente, AD, AA e OF.

3 - O coeficiente β é representado pela fórmula $\beta = \frac{\chi^2 - (\text{linhas} - 1) * (\text{colunas} - 1)}{\sqrt{(\text{linhas} - 1) * (\text{colunas} - 1)}}$, e deve ser maior que 3 para que seja aplicada a análise de correspondência.

Figura 1
Mapa perceptual de apreensão de drogas, apreensão de armas e de ocorrências com flagrantes nas UPP entre janeiro de 2007 e junho de 2016



Fonte: ISP, 2018 – dados trabalhados pelos autores.

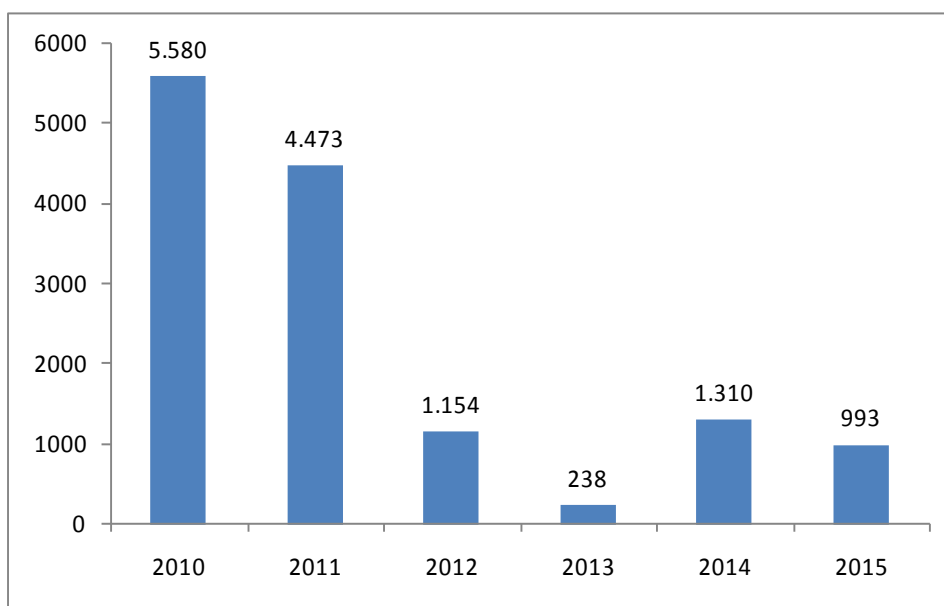
As UPP associadas a ocorrências com flagrante foram Batam, Adeus/Baiana, Vila Kennedy, Mangueirinha, Parque Proletário, Cidade de Deus, Vidigal e Lins. Em relação à apreensão de armas, as UPP associadas foram Caju, Camarista Méier, São João/Matriz/Quieto, Rocinha, Mangueira, Barreira do Vasco/Tuiuti, Jacarezinho. Já para apreensão de drogas, as comunidades foram Andaraí, Borel, Nova Brasília, Chapéu Mangueira/Babilônia, Alemão, Vila Cruzeiro, São Carlos, Santa Marta, Coroa/Fallet/Fogueteiro, Tabajaras, Cerro-Corá, Formiga, Manguinhos, Providência, Turano, Escondidinho/Prazeres, Salgueiro, Arara/Mandela, Macacos, Fazendinha, Pavão/Pavãozinho e Chatuba.

De acordo com a Figura 1, observa-se que a disposição das apreensões de armas do lado direito e das ocorrências em flagrante no lado esquerdo do mapa perceptual sugere que o primeiro eixo fatorial (dimensão 1) está fortemente associado a esses dois títulos. O segundo eixo fatorial (dimensão 2) recebe maior contribuição das apreensões de drogas e das ocorrências em flagrante. Logo, uma UPP que se encontre no lado direito superior do gráfico terá uma maior relação entre as armas e flagrantes, como é o caso, por exemplo, da comunidade do Caju.

Tipos de drogas

Ao longo dos seis anos estudados (entre 2010 e 2015), o volume apreendido de drogas, em quilos, foi de aproximadamente 13.748 – tais dados podem ser visualizados no Gráfico 2. A maconha representa, disparadamente, o maior percentual desse valor, com 94,5%⁴, seguida da cocaína com 4,6% e do crack com 0,9%.

Gráfico 2
Série histórica anual da quantidade de drogas apreendidas entre 2010 e 2015

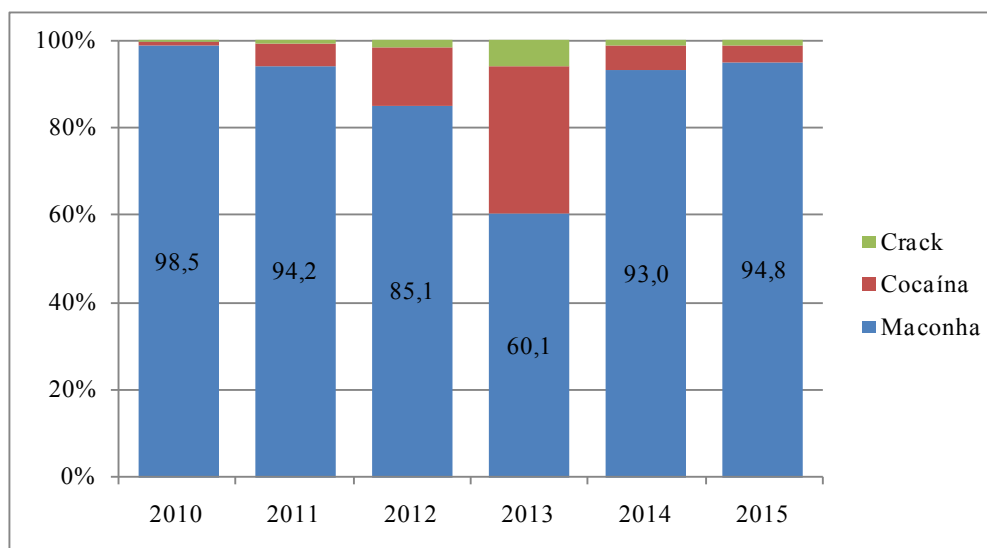


Fonte: ISP, 2018 com base em informações do ICCE/PCERJ.

O Gráfico 3 revela a série histórica anual dos tipos de drogas apreendidas no período estudado. Em todos os anos a maconha representa a maior quantidade, contabilizando quase sempre mais de 85% dos casos. Apenas em 2013 esse percentual foi menor, pois a apreensão de cocaína chegou a 34,0% e de crack a 5,9%.

4 - Necessário apontar que “o ano de 2010, por sua vez, representa o valor recorde, quando se apreendeu mais de 42 toneladas de maconha. (...) Esse foi um ano atípico para a apreensão de maconha, em decorrência de um evento específico: a ocupação do Complexo do Alemão” (RAPIZO, 2016).

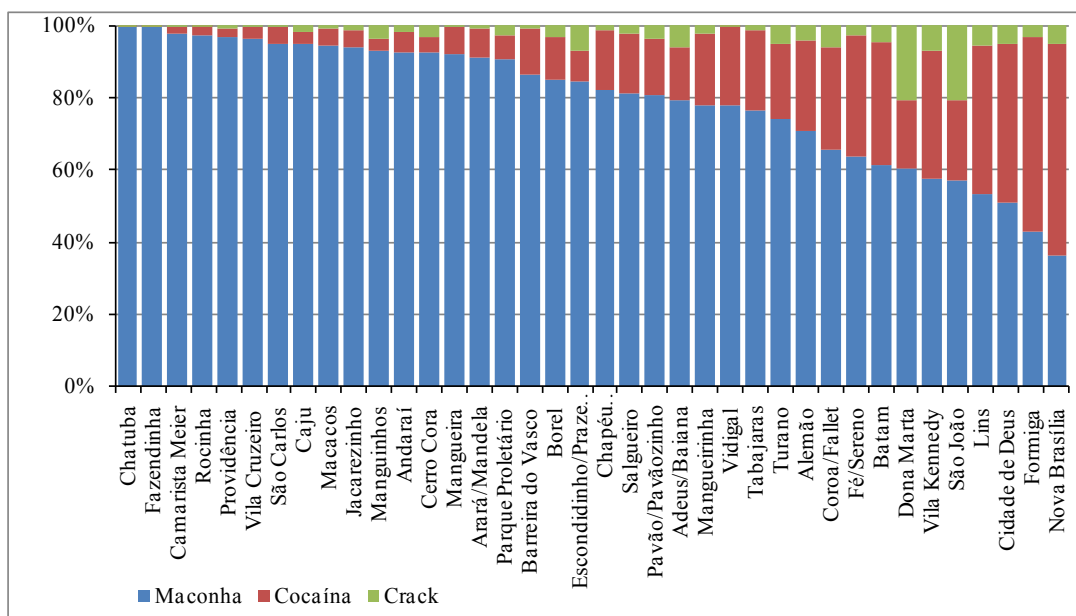
Gráfico 3
Série histórica anual dos tipos de drogas apreendidas no período entre 2010 e 2015



Fonte: ISP, 2018 com base em informações do ICCE/PCERJ.

O Gráfico 4 mostra os tipos de drogas apreendidas entre 2010 e 2015. Apenas duas UPP não apresentaram a maconha como a droga mais apreendida: Nova Brasília com 58,7% e Formiga com 54,0%, ambos percentuais representados pela cocaína. Outras duas comunidades se destacaram pela quantidade de crack: São João (20,9%) e Santa Marta (20,8%). Todas as outras regiões apreenderam menos de 10% de crack.

Gráfico 4
Tipos de drogas apreendidas por UPP no período entre 2010 e 2015



Fonte: ISP, 2018 com base em informações do ICCE/PCERJ.

Discussão

Cada vez mais as técnicas estatísticas, como a análise de correspondência, vêm tomando espaço nos trabalhos científicos voltados para a análise de aspectos relacionados com a segurança pública. Talvez seja fruto de um trabalho mais bem detalhado de criação de bancos de dados por parte dos órgãos públicos, com cada vez mais informação disponível e uma necessidade de maior robustez no apoio à tomada de decisão por parte das autoridades para a implementação de políticas públicas. É, pois, indiscutível o fato de que um trabalho com uma base quantitativa gera um resultado numérico, o que torna uma decisão muito mais acertada e de difícil questionamento por parte da opinião pública. Fala-se bastante, por exemplo, sobre a liberação das drogas. Contudo, alguns grupos ainda são muito relutantes a esta questão. Trata-se de um tema muito complexo e delicado e, sendo assim, o uso das técnicas estatísticas e os resultados aqui revelados podem auxiliar na tomada decisão sobre esse assunto.

No contexto geral, armas e drogas têm sido um problema encontrado nos grandes centros urbanos. Corroborando com este assunto, Wendel e Curtis (2002) citam que os programas e a realidade do policiamento praticado nas ruas de Nova Iorque mudaram consideravelmente nos últimos 20 anos, usando de estratégias agressivas visando ao combate anticrime. Existem poucos elementos para indicar que o mercado de venda de drogas foi suprimido. Ao mesmo tempo em que as taxas de criminalidade têm sido as mais baixas em 30 anos, as prisões por pequenos delitos são as mais altas de todos os tempos. Os autores ainda exploram o impacto destas estratégias de policiamento na qualidade de vida nos bairros da cidade, pois o estudo alega que para compreender o relacionamento entre o mercado de drogas e os crimes violentos deve-se fazer mais do que confrontar os números de prisões geradas pelos procedimentos empregados, e entender a função que as drogas ilícitas exercem na política econômica.

Zaluar (2007) também apresenta um enquadramento sobre o dueto drogas versus armas no atual cenário da criminalidade no Rio de Janeiro. Seu trabalho explica o uso de quatro dimensões para a conjectura do tema: o contexto internacional do tráfico de drogas e de armas de fogo; a importância e os limites das explicações macrossociais sobre a criminalidade violenta que interage com os mecanismos transnacionais do crime organizado; a inércia institucional que esclarece a ineficiência do sistema de justiça; e os processos microssociais ou as formações subjetivas sobre a concepção de masculinidade em suas relações com a exibição de força, dinheiro e armas de fogo. A autora finaliza admitindo que, atualmente, o comércio de drogas tornou-se sinônimo de guerra em muitos municípios. As quadrilhas ajustam os dispositivos de uma rede geograficamente definida, que englobam pontos centrais ou de difusão, e outros que se formam na base da reciprocidade. Deste modo, os comandos inimigos disputam o território onde controlam os negócios e proíbem a livre circulação dos indivíduos dentro das comunidades.

A obra de Misse (2011) trata das relações entre ‘crime organizado’

e ‘crime comum’ no Rio de Janeiro, onde a dinâmica de funcionamento dessas organizações depende, essencialmente, das mercadorias exploradas como fontes de capital (drogas, armas, jogos e proteção). O autor cita duas experiências de políticas públicas adotadas: o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE) – que não conseguiu desabrigar os traficantes de suas comunidades – e, posteriormente, as UPP, as quais, à época, obtiveram bons resultados. O estudo conclui, então, que os criminosos continuaram em sua modalidade criminal organizada (tráfico de drogas, milícias e jogo do bicho).

Segundo Cano (2012), ao longo das últimas décadas, a cidade do Rio de Janeiro ficou mundialmente conhecida pela dramática contradição entre sua beleza natural e seus elevados níveis de criminalidade. Ao longo dos anos 1980 e 1990, as taxas de homicídio chegaram a valores próximos de 80 vítimas por 100 mil habitantes, entre os piores do país. Tal estudo aponta que para poder processar e vender drogas, o varejo do narcotráfico se estruturou a partir do controle territorial das favelas. A feroz disputa pelo território entre diversas facções criminosas, e entre elas e a polícia, elevou exponencialmente o número de vítimas e introduziu a necessidade de armas de elevado poder de destruição. A imagem de grupos armados com fuzis controlando as favelas tornou-se corriqueira. A intervenção do estado estava pautada por um modelo militarizado que contemplava invasões periódicas dos territórios, que se traduziam numa letalidade policial sem precedentes, mas que não desarticulavam as estruturas criminosas nem impediam o domínio do território por esses grupos.

Na última década nenhum outro projeto de segurança pública marcou tanto o nosso país quanto o projeto das UPP. A sigla UPP tornou-se termo cotidiano das pessoas em debates acadêmicos e em periódicos. Tal projeto buscava reintegrar socialmente grandes territórios que há muito haviam sido abandonados pelo estado e que somente tinham o contato periódico de incursões militares para o cumprimento de alguma ordem judicial ou para o enfrentamento. Inicialmente, o projeto objetivava a instalação de unidades permanentes de policiamento em áreas com notório poderio de traficantes e milicianos e, a posteriori, uma ressocialização completa das mesmas com a chegada de serviços públicos e privados, como postos de saúde, escolas, postos dos correios e a implantação de serviços regulares de água e luz (CANO, 2012). Enfim, toda uma estrutura que culminasse na reintegração social completa da área. O início da implantação das UPP se deu em dezembro de 2008, na comunidade Santa Marta, no bairro de Botafogo, Zona Sul da capital. Logo após foram inauguradas mais 37 UPP em diversas comunidades, tais como Cidade de Deus, Alemão, Jacarezinho, Vila Cruzeiro, etc.

Outra principal característica é o fator ‘UPP social’ que, apenas pela sua presença e capacidade integradora das polícias com os moradores, revelava uma possibilidade ainda mais eficiente de combate aos crimes mais comuns nessas áreas (polícia de proximidade). Outro fator relevante ao projeto das UPP era a área de proteção formada ao redor da comunidade que possui uma Unidade de Polícia Pacificadora, pois, ao evitar a livre circulação de drogas e de mercadorias roubadas no interior das mesmas,

inibia uma atuação criminosa ao seu redor (CANO, 2012).

Grillo (2008) corrobora a mesma ideia anterior, observando a interlocução entre os traficantes das comunidades e os traficantes das demais áreas da cidade. A autora apresenta a complementaridade que se estabelece, apesar da concorrência no mercado das drogas. Indiretamente, a implementação das UPP nas áreas de risco criou um certo bloqueio, pois dificultou o acesso dos compradores/revendedores de médio/alto poder aquisitivo.

Ainda que seja um dos mais importantes projetos já elaborados no Brasil em termos de segurança pública, em consequência da preocupante dificuldade financeira que atinge o estado do Rio de Janeiro hoje em dia e a intervenção federal realizada na segurança, foi anunciado (em 26 de abril de 2018), por atores envolvidos no processo de reestruturação institucional, que algumas UPP serão extintas⁵. A segurança nas áreas será substituída por companhias destacadas: agentes passarão a atuar nos batalhões e nas regiões de atuação dessas UPP.

Conclusão

Com o início da grave crise financeira que aflige o estado do Rio de Janeiro e a escassez de recursos pós-período de grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas Rio 2016, a população passou a sentir um forte aumento da violência na região, fortalecido pelas publicações em noticiários e redes sociais. No âmbito deste trabalho, foi objetivo dos autores buscar quais comunidades estariam mais associadas às apreensões de drogas e de armas e a ocorrências com flagrantes através da análise de correspondência. Em um primeiro momento, verificou-se que a maioria das UPP se relacionou às apreensões de drogas ao invés das apreensões de armas de fogo e de flagrantes. Posteriormente, pôde-se revelar também que a maconha é o tipo de droga que mais se apreende nas áreas pacificadas.

Como sugestão para novos trabalhos, propõe-se o uso da mesma metodologia para a nova redistribuição das Unidades de Polícia Pacificadora, ou, ainda, propõe-se relacionar atributos aqui analisados com outros títulos criminais divulgados regularmente pelo ISP no âmbito dos demais projetos na área de segurança pública.

⁵ - Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/gabinete-de-intervencao-no-rj-decide-acabar-com-metade-das-upps.ghtml>>. Acessado em 11/05/2018.

Referências Bibliográficas

- CANO, I. Os Donos do Morro: uma análise exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2012. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Relatorio-final_CAF.pdf>.
- GONÇALVES, M. T.; SANTOS, S. R. dos. Aplicação da Análise de Correspondência à Avaliação Institucional da FECILCAM. **IV Encontro de Produção Científica e Tecnológica**, p. 1–14, 2009.
- GREENACRE, M. J. **Theory and applications of correspondence analysis**. Orlando: Academic Press, 1984.
- GRILLO, C. C. O “morro” e a “pista”: um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas. **Dilemas**, p. 127–148, 2008.
- MISSE, M. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 40, p. 13–25, 2011.
- NENADIC, O.; GREENACRE, M. Correspondence analysis in R, with two-and three-dimensional graphics: the ca package. **Journal of Statistical Software**, v. 20, n. 3, 2007.
- RAPIZO, E. A. **Panorama das Apreensões de Drogas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.ispdados.rj.gov.br/SiteIsp/RelatorioDrogas2016.pdf>>.
- SILVA, Y. V. da. **Análise de Correspondência: uma abordagem geométrica**. Viçosa, UFV, 2012. Disponível em: <http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/4058/texto_completo.pdf?sequence=1>.
- SZWARCWALD, C. L.; CASTILHO, E. A. de. Mortalidade por armas de fogo no estado do Rio de Janeiro, Brasil: uma análise espacial. **American Journal of Public Health**, v. 4, n. 5, p. 161–170, 1998.
- WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência: homicídios por armas de fogo**, 2016. Brasília: Flacso Brasil, 2016.
- WENDEL, T.; CURTIS, R. Tolerância zero: a má interpretação dos resultados. **Horizontes Antropológicos**, v. 8, n. 18, p. 267–278, 2002.
- ZALUAR, A. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 31–49, 2007.